



ANGOLA

O comércio do Brasil com a África em 1992

O comércio bilateral do Brasil com os países africanos atingiu, em 1992, US\$ 1,7 bilhão, sendo US\$ 1,14 bilhão de exportações e US\$ 527 milhões de importações (ver quadro). O total desse comércio foi inferior em 10,47% ao atingido em 1991, que alcançou US\$ 1,86 bilhão. Com US\$ 1,03 bilhão para as exportações e US\$ 827 milhões para as importações, o saldo positivo dessa balança comercial em 1992 foi, no entanto, maior do que o do ano anterior, de US\$ 613 milhões e US\$ 208 milhões, respectivamente.

Embora esses valores estejam bem abaixo dos alcançados no período 1981-1985, nota-se já uma recuperação que poderia ser maior não fosse a crise vigente nos dois lados do Atlântico. Nos países africanos, devido à carência de divisas e até mesmo à pouca disponibilidade de petróleo para venda; do lado brasileiro, em face da redução drástica das linhas de crédito governamentais para a exportação.

Em 1985, o ano de maior pico, as exportações brasileiras para a África se elevaram a mais de US\$ 2 bilhões, representando quase 8% do total exportado pelo Brasil, enquanto as

importações chegaram perto de US\$ 1,8 bilhão, isto é, 13,2% do total importado. Era a época de ouro do *countertrade*, da troca de petróleo por manufaturados brasileiros, com a Nigéria sendo o nosso maior fornecedor do continente. Em 1992, o comércio com a África, nos dois sentidos, representou 2,92% do total brasileiro, com 3,24% para as exportações e 2,39% para as importações.

Dez países, entre todos os 54 países africanos os quais o Brasil comercia, concentram 93,95% das trocas. Os quatro primeiros - Argélia, Nigéria, África do Sul e Egito - são os de maior Produto Interno Bruto da África. De notar também que, entre os dez maiores parceiros comerciais brasileiros no continente, cinco pertencem à África do Norte. Outro reparo é o da queda de Angola para o sexto lugar, motivada, em grande parte, pela impossibilidade de esse país aumentar para além dos 20 mil barris diários a sua cota de exportação de petróleo para o Brasil e, evidentemente, pela redução draconiana dos créditos brasileiros para exportação.

José Maria Nunes Pereira

Comércio bilateral Brasil-África em 1992 (Em US\$ 1,000)

PAÍS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	TOTAL	SALDO
Argélia	14.696	306.556	418.650	-291.866
Nigéria	307.910	30.120	338.030	227.790
África do Sul	172.548	67.443	239.991	105.105
Egito	156.681	3.655	160.336	153.026
Marrocos	117.468	32.128	149.596	85.340
Angola	62.191	35.207	97.398	26.984
Libéria	53.304	-	53.304	53.304
Líbia	36.020	9.937	45.957	26.083
Tunísia	32.401	1.967	34.368	30.434
Costa do Marfim	25.829	2.624	28.453	23.205
TOTAL	979.048	489.637	1.566.083	489.405
TOTAL ÁFRICA	1.139.788	527.016	1.666.804	612.772
% S/TOT. ÁFRICA	85,89	92,91	93,95	79,87
TOT. ÁFRICA 1991	1.034.922	826.811	1.861.733	208.111

FONTE: Afrochamber, III(1), maio de 1993.

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA

- Refugiados não querem viver de esmolas (Pág. 3)
- Unita mais isolada (Pág. 3)
- Angola quer renegociar dívida com Portugal (Pág. 3)
- Conselho de Segurança poderá decretar hoje embargo à Unita (Pág. 4)
- Português morreu de fome no Huambo (Pág. 4)
- Atíngido avião das Nações Unidas (Pág. 5)
- Magreb substitui Angola (Pág. 5)
- Os meninos do Huambo (Pág. 6)
- Angolanos preconizam uma conferência nacional de paz (Pág. 7)
- Há um português entre os prisioneiros da

Unita (Pág. 8)

GUINÉ-BISSAU

- Guiné-Bissau a oito meses das eleições (Pág. 8)

ÁFRICA DO SUL

- Parabéns Mr. Mandela (Pág. 9)
- Conservadores sul-africanos abandonam conversações (Pág. 10)

MOÇAMBIQUE

- Nogueira em Moçambique (Pág. 11)
- Renamo reivindica (Pág. 11)
- O conflito da administração territorial (Pág. 12)
- "Acelerar o processo de paz" (Pág. 12)
- À espera da cimeira (Pág. 13)
- A outra incógnita de Outubro 94 (Pág. 14)

Tome nota

• Em Moçambique agrava-se o atraso do processo de paz, na medida em que nem as tropas governamentais nem as dos rebeldes da Renamo foram desarmadas e desmobilizadas. O que se viu, recentemente, foi o contrário: tropas governamentais atacaram a Renamo porque esta tinha se apoderado, depois do cessar-fogo, de uma área controlada pelo governo na província do Tete. Por outro lado, aumenta a relutância da Renamo em se desarmar, pois assim perderia o seu poder de chantagem sobre o governo e a missão das Nações Unidas. Ela continua boicotando o processo eleitoral, recusando-se a participar de comissões conjuntas, enquanto seu líder, Dhlakama, adia mais uma vez o encontro com o presidente Chissano. Por sua vez, as tropas governamentais também relutam em ser desarmadas. Um motivo a mais é não estarem recebendo o soldo. Contudo, o mais grave é a situação de conflito na administração territorial do país. O Estado está impedido de atuar nas zonas controladas pela Renamo, não funcionando nelas nem tribunais nem quaisquer estruturas que garantam o respeito pela legalidade.

• A Unita está sendo condenada em várias instâncias, como pela *troika* mediadora e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O resultado disso é, do lado do governo, o fim da cláusula triplo-zero, permitindo agora a livre aquisição de armas pelo governo. Do lado da Unita, ela agora encara o risco de ter fechadas todas as suas representações no exterior, enquanto se aperta o cerco contra o fornecimento de armas. Do ponto de vista militar, a situação começa a ser lentamente revertida, apesar de o cerco da Unita à cidade de Cuíto já ter provocado cerca de dez mil mortes, segundo algumas fontes. A Unita, por outro lado, ainda não foi capaz de apresentar séria ameaça a Cabinda, nem a cidades importantes como Benguela, Lobito e Lobango. No terreno das negociações, há luz no final do túnel. Embora desmentida pelo governo, o *Jornal de Angola* noticiou as iniciativas de Nelson Mandela, Houphouët Beigui, presidente da Costa do Marfim, e de Hassan II (o rei do Marrocos, influente amigo de Savimbi) de organizarem um encontro entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

• Moçambique discute a troca do português pelo inglês como língua oficial, por ocasião da Conferência Nacional de Cultura, realizada em Maputo na primeira quinzena de julho. A ideia é antiga (foi abandonada no tempo do presidente Machel) e reaparece agora, embora ainda com timidez. Ela agrada aos setores tradicionalistas, aos emigrantes das minas sul-africanas e, de certa forma, a uma juventude urbana afeita aos modismos da modernização. Em Maputo, o inglês já funciona como uma língua franca e deve-se considerar que Moçambique tem como vizinho seis países de língua inglesa. Até os automóveis andam pela esquerda. Por seu lado, a Guiné-Bissau está cada vez mais sendo atraída pela França, inclusive na área do franco, e atua de modo bastante intenso o Centro Cultural Francês. (JMNP)

Cooperação entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Dois raros exemplos de paz

PÚBLICO, 18 7 93

A PRESENÇA do primeiro-ministro cabo-verdiano, Carlos Veiga, o primeiro chefe de Governo a visitar oficialmente São Tomé e Príncipe após a mudança de regime no arquipélago, há dois anos e meio, quebrou o clima de doméstica solenidade que nos últimos tempos vinha rodeando os festejos comemorativos da proclamação da independência nacional, em 1975.

Mas a visita de oito dias que o chefe do Governo da Praia efectuou a convite do seu homólogo, Norberto Costa Alegre, não teve por finalidade exclusiva interromper o prolongado jejum de convívio com personalidades estrangeiras. Carregada de simbolismo, a vinda de Carlos Veiga a São Tomé trouxe um novo alento ao Governo (sobrevivente de uma recente moção de censura) e sublinhou as afinidades que fazem dos dois arquipélagos casos exemplares e singulares em África.

No seio do Grupo dos Cinco (países africanos de língua oficial portuguesa), foram os primeiros a abolir o monopartidarismo, abrindo caminho à realização de eleições livres e justas. Num e noutro, estas eleições consagraram a derrota dos movimentos de libertação, mais tarde erigidos em partidos únicos. Apesar das particularidades que individualizam cada uma das experiências, ambas são apontadas, no contexto afri-

cano, como referências de construção e consolidação da democracia. Esta asserção acaba de ser reforçada pela Amnistia Internacional que, num relatório recente, indica São Tomé e Príncipe e Cabo Verde como excepções africanas no capítulo dos direitos humanos.

Tais semelhanças de percurso influenciaram certamente a escolha do primeiro-ministro, Norberto Costa Alegre, a precisar neste momento do calor discreto e do "charme" solidário de um parceiro credível e reputado. Aliás, o Governo apostou fundo nestas celebrações, as quais, a par da evocação do histórico evento que foi a independência, restauraram os "slogans" da Mudança. "Décimo oitavo aniversário da proclamação da independência, segundo da Mudança" foi a mensagem-chave persistentemente veiculada pela rádio, ao longo de emissões que se prolongaram excepcionalmente por três dias e três noites consecutivos, criando um clima de festa e de exuberância. Um momento alto foi às zero horas do dia 12, quando o archote anualmente transportado por estafetas, ao longo de cerca de 12 quilómetros, chegou à Praça da Independência escoltado por uma caravana ruidosa de automóveis.

Quando a adolescente que

percorreu a última etapa ateou a chama da pátria e estalaram os aplausos entre a multidão, Norberto Costa Alegre e Carlos Veiga estavam lá. E o primeiro, cujo Governo desbloqueou 20 milhões de dobras (cerca de seis mil contos) para os festejos, deve ter-se sentido reconfortado perante o seu convidado.

Oferta portuguesa

Algumas vozes — não totalmente destituídas de razão — falam em antecipação da campanha eleitoral que mais tarde ou mais cedo terá de haver. Não que as celebrações do 12 de Ju-

lho não mobilizem tradicionalmente recursos humanos e materiais relativamente avultados. Foi contudo perceptível o empenho do Executivo, ultimamente virado quase que exclusivamente para as lides governativas, em transformar estas celebrações numa campanha de "charme" e num teste ao ritmo de recuperação da sua imagem. O extenso programa dos festejos incluiu a inauguração de uma central hidroeléctrica no Príncipe, oferta de Portugal, para resolver os problemas energéticos da ilha, e o início das obras de reabilitação de todo o

parque escolar do país, para além de bailes folclóricos e festas de rua por todo o lado.

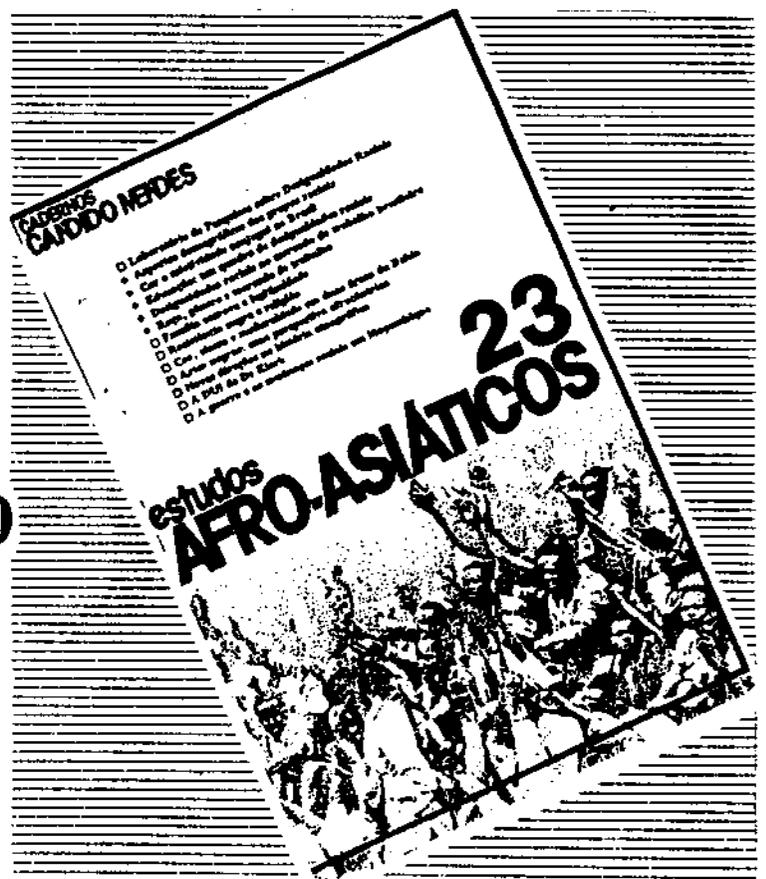
Terminadas as festas, inicia-se o décimo oitavo ano num clima de estabilidade social que todos consideram fundamental preservar, não obstante as querelas e sobressaltos que vão entremeando o dia-a-dia político e que sugerem prudência aos analistas na previsão do futuro. "É a idade da razão", disse o Presidente, Miguel Trovoada, no discurso que assinalou o acto central dos festejos, pouco antes do Governo ter anunciado a atribuição de pensões vitalícias aos sobreviventes do massacre de Batepá.

Num discurso breve e contido, Trovoada saudou todos aqueles que tornaram possível a mudança, enfatizou a necessidade de se prosseguir a liberalização económica sem descuidar os sectores sociais e sustentou ser preciso consolidar as instituições democráticas e a coesão do Estado. Tarefas a serem levadas a cabo num mar de dificuldades, que o reconhecimento de alguns êxitos a nível macroeconómico não torna muito mais navegável. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

LIGUE PARA 531-2000
RAMAL 259



Huambo Refugiados não querem viver de "esmolas"

PÚBLICO, 10 7 93

DURANTE A próxima semana, em datas ainda a fixar, representantes do Instituto do Emprego e Formação Profissional deslocam-se a centros de acolhimento dos refugiados do Huambo, na área da Grande Lisboa — onde estão alojados 193 dos 305 portugueses vindos da cidade-mártir — para lhes explicarem as diferentes modalidades de exercício da actividade empresarial e do investimento em Portugal. "Alguns antigos empresários querem reiniciar a sua vida profissional, mas não basta a boa vontade: é preciso ter acesso a informação económica, conhecer os fundos de investimento disponíveis, a legislação", disse ao PÚBLICO Manuel Pinto, um dos três elementos da comissão que se encontrou na passada quarta-feira com o primeiro ministro, Cavaco Silva.

"Talvez por virmos de cima para baixo, temos deparado com uma certa abertura", observou Manuel Pinto, referindo-se à rápida sucessão de encontros e às promessas de desbloqueamento de alguns dos problemas que enfrentavam, no seguimento da audiência com o chefe do Governo.

Numa reunião de trabalho, realizada logo no dia seguinte, na Direcção-Geral da Acção Social, a comissão ouviu promessas de resposta positiva para a maior parte das reivindicações apresentadas, entre as quais a concessão de uma verba para instalação de todos os refugiados, passe social, assistência médica e medicamentosa (de que já beneficiam os que se encontram alojados por conta do Estado) e facilidades nas matrículas dos filhos.

"Pelo menos neste momento, ao nível da conversa, não temos razões de queixa: vamos ver o que acontecerá quando chegar a hora da verdade", disse Manuel Pinto, acrescentando: "Não queremos viver de esmolas, mas precisamos de um mínimo de condições para reconstruirmos a nossa vida, seja na área empresarial, seja na procura de emprego".

Cerca de dois terços dos refugiados do Huambo continuam alojados em quartéis ou centros de acolhimento da Carregueira (106), Amadora (67), Lisboa (18) e Tercena (2). ■ A.G.

UNITA mais isolada

PÚBLICO, 10 7 93

A UNITA denuncia, Luanda aplaude, mas a "troika" dos observadores (Portugal, EUA e Rússia), reunida na quinta-feira em Moscovo, deu um passo mais no sentido do isolamento internacional do movimento de Jonas Savimbi, que sofreu uma áspera condenação.

Entre as conclusões da troika, que são uma espécie de recomendação ao Conselho de Segurança da ONU, que reúne no próximo dia 15 para prorrogar o mandato da UNAVEM II em Angola, figuram o reconhecimento do "direito legítimo" de auto-defesa do Governo de Luanda. "Dadas as actuais circunstâncias, os observadores reconhecem que o Governo de Angola tem o direito legítimo de autodefesa e vêem

com simpatia os seus esforços para adquirir os meios necessários para se defender".

Esta passagem significa o fim do respeito pelo embargo de armamento para Angola, embora os observadores continuem a apontar a cláusula dos acordos de Bicesse que o garantiam (o "triplo zero") como um objectivo a manter mas aparentemente ligado à observação do cessar-fogo.

O comunicado admite ainda a necessidade de medidas adicionais para assegurar o embargo de armas à UNITA, de forma a limitar a sua capacidade militar, assim como a eventual "restrição dos movimentos internacionais dos membros da UNITA envolvidos em actividades contrárias ao processo de paz". Medida esta que pode prenunciar o condicionamento das missões diplomáticas do movimento de Savimbi.

Os observadores apelaram também à UNITA para que cesse imediatamente as hostilidades, assim como "as suas ameaças e intimidações contra pessoal da ONU e outros participantes no processo de paz [...] e acções

Angola quer renegociar dívida a Portugal

UMA EQUIPA do Banco Nacional de Angola desloca-se brevemente a Lisboa com o objectivo de renegociar com o Banco de Portugal a dívida de 473 milhões de dólares (mais de 75 milhões de contos) contraída com o nosso país. O banco central angolano já comunicou a sua incapacidade para cumprir as obrigações a que estava vinculado, pretendendo agora regularizar a dívida através do sistema "revolving", isto é, pagar na medida em que se vão obtendo novos empréstimos. O atraso nos pagamentos relativamente aos créditos usualmente liquidados através das contas do petróleo está na origem da falta de cumprimento do acordo estabelecido entre aquele país africano e Portugal. De acordo com uma fonte do Ministério das Finanças angolano, citada pela Lusa, a actual situação na zona petrolífera do Soyo, controlada pela UNITA, faz com que o acordo de fornecimento de 20 mil barris de petróleo por dia não esteja a ser cumprido. Na prática, Angola não envia "crude" para Portugal desde Outubro. Em relação ao Brasil e Espanha, que são juntamente com Portugal os principais credores de Angola, a situação de atraso nos pagamentos está já regularizada, "pois foram encontradas vias para solucionar o problema", acrescentou a fonte das Finanças angolanas. ■ PÚBLICO, 13 7 93

REFUGIADOS DO HUAMBO CHEGAM A S. TOMÉ — O avião da Cruz Vermelha Internacional que, ontem de manhã, saiu de Luanda rumo ao Huambo chegou a S. Tomé ao fim da tarde. Este voo destinava-se a recolher refugiados de nacionalidade cabo-verdiana e são-tomense, mas trouxe também cidadãos angolanos com ligações a S. Tomé. Ao todo, desembarcaram noventa e três pessoas: 43 cabo-verdianos, 36 são-tomenses e 14 angolanos. Os representantes da Cruz Vermelha que ontem se deslocaram ao Huambo aproveitaram para entregar aos responsáveis da UNITA uma lista com os nomes dos cidadãos portugueses que o Governo de Lisboa acredita ainda se encontrarem naquela cidade e na Cala. A UNITA já afirmara que não resta nenhum refugiado de nacionalidade portuguesa na zona do Huambo. PÚBLICO, 14 7 93

RECOMENDADA PRORROGAÇÃO DE MANDATO DA ONU EM ANGOLA — O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, recomendou ao Conselho de Segurança a prorrogação por um período de três meses do mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem II), a fim de lhe permitir "trabalhar activamente" a favor de um acordo de paz. Num relatório publicado ontem em Nova Iorque, Butros-Ghali sublinha que "seria evidentemente impensável que a comunidade internacional e a ONU abandonassem Angola". O Conselho de Segurança deve apreciar nos próximos dias as recomendações de Ghali. PÚBLICO, 14 7 93

directas ou ameaças contra cidadãos ou instalações de países terceiros".

A primeira reacção da UNITA foi feita através de uma declaração enviada à Lusa pelo seu representante em Londres, Isaias Samakuva. O comunicado da troika é "ambíguo" no que diz respeito ao "triplo zero", argumenta Samakuva, denunciando que "talvez a dualidade de critérios se deva ao facto de Portugal e a Rússia já estarem a fornecer assistência militar ao Governo do MPLA".

Em Luanda, as reacções foram naturalmente positivas. Um porta-voz do Ministério dos Estrangeiros interpretou a resolução da "troika" como o levantamento da cláusula do "triplo zero" e o secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, disse ao "Jornal de Angola" que o Governo iria poder agora adquirir material de guerra.

Fontes do Governo anunciaram estar em curso uma "sangrenta" batalha pela posse da cidade da Gabela (ao sul de Luanda), cercada pela UNITA. ■

NÃO
DELIXE
DE
ASSINAR



Reatados voos humanitários em Angola

PÚBLICO, 16 7 93

Atingido avião das Nações Unidas

UM AVIÃO ao serviço do Programa Alimentar Mundial (PAM), agência das Nações Unidas, foi ontem alvejado quando levava medicamentos e comida para a população de M'Banza Congo, na província angolana do Zaire, e regressou a Luanda apenas com um dos reactores a funcionar.

Era o primeiro dia em quase três meses que a ONU destinara ao recomeço do envio de auxílio para localidades do interior isoladas pela guerra; e logo ali 40 balas atingiram a carlinga do Antonov 32 quando tentava aterrar na antiga São Salvador do Congo, cidade em poder da UNITA.

Não foi imediatamente esclarecido com todo o rigor quem é que alvejara o aparelho, que deveria efectuar três voos para aquele destino, com alimentos, sabão e cobertores; mas que nem sequer chegou a aterrar da primeira vez. E um elemento da delegação daquele partido em Lisboa, Rui Oliveira, comentou ao PÚBLICO ser "ridículo" pensar-se que a autoria dos disparos coubera ao mesmo.

Entretanto, efectuavam-se viagens para outras zonas de Angola, designadamente Huambo,

Jamba e Mavinga, terras controladas pela UNITA, que aliás é a força militarmente maioritária no país.

Dezenas de cidades e de vilas têm estado isoladas desde que o partido de Jonas Savimbi rejeitou a sua derrota nas eleições legislativas de Setembro do ano passado, queixou-se de ter sido perseguido em Luanda e reatou o conflito que de 1975 a 1991 tivera com o MPLA, no Governo.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha anunciou ontem que mil angolanos estão a morrer em cada dia que passa, devido à guerra e à fome. O que poderá elevar a 180.000 o número de vítimas desde o início deste ano.

Os voos de carácter humanitário para as povoações do interior tinham sido suspensos depois de um avião do PAM haver sido abatido perto de Luena, capital da província do Moxico, em 26 de Abril.

Conselho de Segurança

Ontem à noite (hora de Lisboa), o Conselho de Segurança das Nações Unidas estava para se reunir e debater

uma proposta de resolução que deveria aumentar a pressão internacional sobre a UNITA, considerada agora a principal responsável dos últimos oito meses de guerra em Angola.

O texto proposto ameaça proibir o fornecimento de quaisquer armas ao grupo de Savimbi. Mas as sanções não entram em vigor se até 15 de Setembro for possível conseguir o cessar-fogo e avançar para o cumprimento dos acordos de paz negociados há mais de dois anos na localidade portuguesa de Bicesse, perto de Lisboa.

A UNITA pediu ontem um cessar-fogo nos combates que há seis meses a opõem às tropas governamentais no Cuito, capital da província do Bié; o secretário da Informação, Jorge Valentim, afirmou à Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) que é preciso suspender as hostilidades a fim de que as Nações Unidas possam encaminhar viveres para a cidade sitiada.

Valentim disse que a segurança da operação humanitária na antiga Silva Porto só poderia ser garantida depois de interrompidos os combates que desde o iní-

cio da semana decorrem no centro da cidade, cuja queda em poder da UNITA tem desde o início do mês sido considerada iminente.

Milhares de pessoas estarão a morrer de fome no Cuito, onde se comem inclusive as raízes das bananeiras, depois de esgotados os frutos — disse ontem a agência Lusa, dizendo que a situação não será melhor em Menongue, capital da província do Cuando Cubango, igualmente cercada desde Janeiro pelos guerrilheiros de Savimbi.

Foi também à agência noticiosa portuguesa que o delegado da UNITA em Washington, Jardim Muekalia, considerou "negativo e contra-producente" o projecto de resolução em debate no Conselho de Segurança, e que "não leva em conta os entendimentos alcançados no Huambo" entre o representante especial do secretário-geral da ONU, o maliense Alioune Beye, e a direcção daquele partido.

Por outro lado, o delegado em Nova Iorque, Marcos Samondo, divulgou um documento em que afirma que a ONU condena a UNITA antes mesmo de a julgar, não se conseguindo manter equidistante entre ela e o MPLA.

Em Luanda, um antigo responsável da UNITA pelas Relações Exteriores, Abel Chivukuvuku, pediu para tomar posse como deputado por esse partido, do qual a maioria dos representantes eleitos se recusa a participar no Parlamento de Luanda.

EXPORTAÇÕES

Magreb substituiu Angola

EXPRESSO, 17 7 93

AS MISSÕES empresariais que a Secretaria de Estado do Comércio Externo e o ICEP estão a empreender a treze novos mercados, poderão vir a compensar a quebra das exportações portuguesas para Angola resultante da situação de guerra civil que se vive neste país africano.

É que nos primeiros cinco meses deste ano as exportações portuguesas para Angola cifraram-se em 14,4 milhões de contos, menos de metade do valor apurado em

igual período de 1992. As expectativas até ao final do ano são pessimistas e apontam para quebras da ordem dos 50 por cento ou mais, o que, a concretizar-se, se traduz em receitas pouco superiores a 50 milhões de contos.

Apesar das missões empresariais terem como objectivo inicial um aumento anual das exportações da ordem dos quatro a cinco por cento, a situação de guerra em Angola veio alterar esta meta.

Com sete países visitados e outros seis por visitar, o secretário de Estado do Comércio Externo, António de Sousa, está optimista e espera que os contratos já firmados pelos empresários portugueses possam contribuir com perto de 46 milhões de contos para a balança comercial. A operação de maior sucesso aconteceu na Argélia, que poderá vir a importar de Portugal, até à Primavera de 1994 — altura em que a linha de crédito aberta para aquele país do Norte de África celebra um ano de vida —, mercadorias no valor de 20 milhões de contos. «Embora as trocas com este país tenham atingido quase o zero absoluto, existem actualmente boas perspectivas, tanto mais que o produto português tem uma imagem de qualidade neste mercado», explicou António de Sousa. Pasta de papel, têxteis e produtos siderúrgicos são os sectores mais representados na linha de crédito, no valor de 150 milhões de contos e praticamente esgotada. Uma transferência para a Argélia de «know how» no sector químico, através da Atral Cipan, é outro negócio com boas perspectivas.

IDE em 93: menos 40 por cento

A China, que deu início ao programa das missões empresariais em 1993, surge também como um mercado com potencial para escoar os produtos portugueses. Reflexo da operação de «charme» ao país com o maior número de consumidores do mundo são os três milhões de contos exportados de Janeiro a Abril, valor muito superior aos 400 mil contos registados nos primeiros quatro meses de 1992. Em relação a Marrocos, com o qual Portugal mantém boas relações políticas e económicas apesar das reduzidas trocas comerciais, as possibilidades de incremento não se fazem sentir apenas ao nível das exportações — que poderão subir até ao fim do ano para sete milhões de contos — mas também ao nível de «joint ventures», em que existem dois exemplos já concretizados de deslocalização industrial na área dos têxteis. Os mercados chileno e argentino, alvos da missão empresarial mais recente, parecem também pro-

Continua na pág. 6

Os meninos do Huambo

ORECENTE drama da evacuação dos portugueses e outros estrangeiros retidos no Huambo, ocupado e devastado pelas tropas da UNITA, veio despertar mais uma vez a opinião pública portuguesa para a tragédia que se arrasta em Angola. As notícias que eles trazem, filtradas pelo receio de retaliações sobre os que permanecem em áreas dominadas pelos rebeldes, deixam imaginar o insuportável quadro de vida sob o domínio unitista. A nova guerra savimbiana já custou, em menos de um ano, mais mortos e destruição do que os 16 anos de conflito antes dos acordos de paz.

Mas foi a tentativa da UNITA de utilizar os portugueses como reféns, para sacar concessões políticas do Governo português, que veio revelar uma nova faceta odiosa do movimento de Savimbi.

O lado da razão

Os porta-vozes da UNITA entre nós querem que continuemos a ver o caso de Angola como uma luta interna entre dois partidos, em que nos deveríamos manter «imparciais». Mas a realidade é que a luta se trava entre um Governo eleitoralmente legitimado e

O repugnante ensaio de manter como reféns os portugueses do Huambo e os insultos ao papel de Portugal em Angola não podem ficar sem consequências. Não é aceitável que a delegação da UNITA continue aberta e que os seus representantes mantenham protecção oficial

Vital Moreira

EXPRESSO, 17 7 93

um movimento sedicioso, que não se conformou com a derrota eleitoral e que retomou a via da força armada contra acordos de paz de que somos garantes. A UNITA não é sequer um partido. É uma pura máquina de guerra, exclusivamente votada à conquista do poder, contra toda a legitimidade democrática.

Por pior que seja o juízo que se possa fazer sobre o Governo do MPLA até ao processo de transição democrática e aos acordos de paz, e por menos inocente que o Governo esteja desde o reacender das hostilidades (cite-se o excesso de legítima defesa na chamada «batalha de Luanda»), uma coisa é certa e inquestionável: no actual conflito angolano a razão não está com a UNITA.

Ela celebrou livremente um acordo de paz e comprometeu-se num processo elei-

toral para decidir quem deveria governar Angola. Depois, violou persistentemente os acordos. Manteve ilicitamente o seu exército. Conservou a ocupação de territórios. Tendo sofrido uma derrota inequívoca e expressiva nas eleições — que foram reconhecidas como livres e justas pelos observadores internacionais e pelas Nações Unidas —, não aceitou e acto contínuo retomou as armas que nunca tinha abandonado, ocupando num relâmpago a maior parte do território nacional. Posteriormente, forte das posições conquistadas, fez fracassar as negociações de Abidjan com arrogância belicista e ostensiva má fé.

De um lado está o Governo que ganhou limpamente as eleições; do outro, um movimento golpista, que quer obter pela lei da guerra o que não obteve pelo voto popular. A UNITA não pode ser autorizada a conquistar pela força das armas aquilo que os angolanos lhe negaram nas urnas.

Se tal lhe fosse consentido, estaria aberto igual caminho para os próximos perdedores das eleições em Moçambique e na África do Sul. E que autoridade sobraría à comunidade internacional para fazer respeitar o veredicto eleitoral nesses países, se hoje consentisse em Angola a desforra do perdedor pela via das armas?

O interesse de Portugal

Sob o ponto de vista português, há uma razão suplementar para condenar a UNITA. E ela está na consideração dos interesses portugueses em Angola.

É indesmentível que Savimbi e os seus homens hostilizam Portugal e os portugueses, bem como os interesses culturais e económicos de Portugal em Angola. A sua ideologia não esconde traços de racismo e africanismo primário. A sua prática política revelou-se despótica e desprezadora dos direitos humanos. Nada disto é novidade. Basta ler os documentos da organização, as posições anunciadas na campanha eleitoral, as declarações dos seus dirigentes,

o tratamento dos portugueses nas zonas ocupadas.

Não é por acaso que os portugueses e demais estrangeiros não desejam permanecer nas cidades «libertadas» pelas hostes de Savimbi. Se este tomasse o poder, não é lícito duvidar de que ficaria seriamente ameaçada a presença de Portugal em Angola, em todos os domínios. E não só. O que ele fez aos seus opositores políticos internos na Jamba faria provavelmente no Governo de Angola a todos os adversários políticos. Sob o seu domínio, Angola poderia não ser muito diferente do Uganda de Amin ou, na melhor das hipóteses, do Zaire de Mobutu.

Os simpatizantes que restam de Savimbi em Portugal — e que reúnem, em duvidosa convergência, conspícuos representantes da extrema-direita e um ou outro intelectual liberal ainda dominado pelos preconceitos da guerra-fria —

não deveriam eximir-se ao confronto com estes ominosos indícios.

O repugnante ensaio de reter como reféns os portugueses do Huambo, e os soes e injustificados insultos às autoridades portuguesas e ao papel dos portugueses em Angola, não podem ficar sem consequências. A firme, embora tardia, atitude que o Governo português acabou por adoptar na circunstância — e que deveria ter tido a activa solidariedade institucional das demais autoridades superiores do Estado e dos partidos políticos, em vez do silêncio equívoco ou de votos pios —, não deve permanecer um acto isolado. Não é aceitável que a delegação da UNITA continue aberta, que os seus representantes se movimentem livremente e que mantenham a protecção e os privilégios oficiais.

A tragédia de Angola é também para nós uma questão nacional. Não podemos lavar daí as mãos, porque isso significaria não somente premiar o agressor e desamparar quem se defende mas também conotar as malfetorias de quem nos hostiliza. Portugal não pode enjear, por força de preconceitos ou de «lobbies» poderosos, as responsabilidades que lhe advêm da história, de patrocinador dos acordos de paz, e também dos próprios interesses nacionais em Angola e em África.

Os meninos de Huambo, que hoje vagueiam pela cidade saqueada, precisam de voltar a «aprender como se faz a liberdade», como diz o conhecido poema. E isso também depende de nós.

Continuação da pág. 5

Magreb substitui Angola

missores para as exportações nacionais, que podem dispor de linhas de crédito para estes países da ordem dos 13,5 milhões de contos.

Por fim, África do Sul, Tunísia, Irão, Hungria e República Checa, e Israel vão ser os próximos alvos das missões empresariais do ICEP.

Entretanto, António de Sousa admite que Portugal possa ganhar quota de mercado em 1993, apesar da quebra esperada nas suas exportações, pois esta deverá ser inferior à dos seus principais parceiros comerciais. «Os dados mais recentes das alfândegas espanholas, por exemplo, indicam que em 1993 ganhámos quota de mercado à Espanha», refere o secretário de Estado.

Quanto à evolução do investimento directo estrangeiro (IDE), António de Sousa calcula que este diminua em 1993 cerca de 40 por cento, se se mantiverem as tendências já registadas entre Janeiro e Março. A tradicional concentração de perto de 30 por cento do IDE no mês de Dezembro, de-

vido ao fecho das contas das empresas, torna, no entanto, «difícil a tarefa de fazer previsões». A crise no imobiliário, sector onde actualmente se regista perto de metade do IDE, vai ser a grande responsável por estes resultados. Na indústria, o nível do investimento estrangeiro deve manter-se sensivelmente idêntico ao de 1992 o que, «a concretizar-se, seria muito bom, comparando com o que se está a passar noutros países europeus».

Mas há dados novos fora da Europa, apesar da recessão. António de Sousa admite que haja finalmente um aumento do investimento japonês. As negociações em curso para a instalação em Portugal de uma fábrica da ICL/Fujitsu, que envolve um investimento de seis milhões de contos, podem ser um primeiro sinal. Aliás, uma missão empresarial japonesa encontra-se neste momento no nosso país para estudar exactamente as oportunidades de investimento na área comercial e turística.

Mónica Contreras e Virgílio Azevedo

Reivindicando a participação da sociedade civil

Angolanos preconizam uma Conferência Nacional para a Paz

PÚBLICO, 17 7 93

A CRIAÇÃO de um movimento para a paz em Angola, "que possa também contribuir para o fortalecimento da sociedade civil no interior e o consequente desenvolvimento do país", acaba de ser decidida por um conjunto alargado de angolanos. Desse movimento pode resultar a realização de uma Conferência Nacional para a Paz.

Reunidos em Lisboa, no seguimento de um jantar-convívio realizado em 31 de Maio e de outros encontros preparatórios, decidiram pela primeira vez formalizar as suas motivações num texto de conclusões, aprovadas por unanimidade e aclamação.

Presentes, nomeadamente, vários representantes dos estudantes angolanos em Portugal e pessoas próximas ou ligadas à UNITA e ao MPLA, além de personalidades como Onofre Martins dos Santos, Daniel Chipenda, Sinão Cacete, Filomeno Vieira Lopes e os co-organizadores do

Congresso dos Quadros Angolanos.

Em sua opinião, "a solução do conflito angolano é política e assim tem e deve ser encurada por todos os angolanos, porque não há reconciliação possível que seja factor para a paz, a democracia e o desenvolvimento de Angola fora dum quadro de diálogo e que o reforce". Partindo desta premissa, as conclusões denunciam "com veemência" a guerra e a sua persistência.

Neste quadro foi lançado um apelo a todos os cidadãos, "sem excepção", para que se mobilizem, nomeadamente no exterior, no sentido da criação desse movimento. E disponibilizam-se a "servir desinteressadamente a sua pátria, apelando também aos protagonistas para que possibilitem de facto a intervenção da nação angolana no processo conducente à paz, de forma válida e eficaz através da sociedade civil, das

igrejas, das forças vivas de Angola e de todos os homens de boa vontade, consubstanciada numa Conferência Nacional para a Paz".

A criação, a curto prazo, de um espaço que seja "um local de convívio onde todos os angolanos se revejam" é também uma aposta dos cidadãos angolanos em Lisboa. Nesse sentido foi decidido contactar a Câmara Municipal de Lisboa no sentido de albergar pessoas que desde o final da década de setenta estão alojadas na sede da Casa de Angola em Lisboa de forma a disponibilizar o edifício.

"Tragam um Kambrikiti"

Hoje, no pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, a Associação dos Amigos da Mulher Angolana promove um encontro de solidariedade com as vítimas da guerra, que continua a aumentar o número de órfãos, mutilados, doentes e de famílias desalojadas. A

iniciativa aderiram a Universidade Pio XII, o Centro de Investigação e Recuperação Espiritual, a Casa da Paz/Campanha de Solidariedade com Angola e a Fundação Evangelização e Culturas.

A palavra de ordem para esta iniciativa é "Tragam um Kambrikiti", que quer dizer tragam um cobertor. A jornada de solidariedade inicia-se às 19 horas com uma missa na Basílica da Estrela, seguida de uma marcha silenciosa até ao pavilhão Carlos Lopes. Ai serão entregues os donativos. Está previsto um período de intervenções seguido de uma actuação do Grupo Coral da Associação dos Amigos da Mulher Angolana e de vários artistas convidados — Paulo Flores, Celina Pereira, Tropical Band, Raul Ouro Negro, Irmãos Verdades e Kizomba, entre outros. Uma festa que deverá prolongar-se para além das duas da madrugada. ■

Fernando Semedo

Estado federal

PÚBLICO, 17 7 93

OS ORGANIZADORES da mesa redonda sobre o futuro político e constitucional de Angola que se deve realizar de 27 a 29 de Agosto apresentaram ontem, em Luanda, um projecto de estrutura administrativa do país que prevê a criação de um Estado federal.

Em conferência de imprensa relatada pela agência France Presse, o coordenador da comissão preparatória da mesa-redonda, Nzuzi Domingos, declarou que o actual sistema constitucional de Angola "não respeita os valores fundamentais característicos do modelo de um Estado de Direito e da democracia pluralista". E acrescentou que o federalismo é "uma alternativa viável" para a autonomia governamental de cada região.

Nzuzi Domingos, antigo soldado da Força Aérea na altura do regime de partido único, precisou que no quadro do federalismo cada estado teria uma autonomia e um estatuto político bem definidos.

O porta-voz dos promotores da mesa-redonda, que na sua maioria são intelectuais e quadros afastados do poder, explicou que o Estado federal instauraria "a descentralização administrativa e a definição dos papéis do Governo central e dos governos provinciais. E disse que na conferência de Agosto haverá gente de todas as etnias e regiões do país.

Domingos pronunciou-se contra a continuação da guerra. Condenou a anulação

do artigo seis dos acordos de paz, que proíbe aos beligerantes comprar equipamento militar e receber ajuda militar externa. E manifestou-se contra a decisão dos observadores do processo angolano, Portugal, Estados Unidos e Rússia, de autorizar o Governo de Luanda a adquirir material bélico.

A conferência de imprensa sobre a mesa-redonda foi dada algumas horas depois de o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter estipulado um prazo até 15 de Setembro para que os beligerantes voltem à mesa das negociações. E numa altura em que continua a não haver fim à vista para uma guerra que está a matar mensalmente perto de 30.000 pessoas. ■

DURÃO APLAUDE ONU — Durão Barroso congratulou-se ontem com a resolução do Conselho Permanente de Segurança da ONU, que deu um prazo de dois meses à UNITA para suspender as hostilidades militares em Angola, sublinhando que ela "coincide inteiramente com a posição de Portugal". O ministro dos Negócios Estrangeiros comentou o assunto em Salvador da Baía, no Brasil, onde participava na 3ª Cimeira Ibero-Americana, e recordou que Portugal "condenou a UNITA pelo seu comportamento, mas fez um grande apelo para que volte às negociações", posição convergente com a da ONU

PÚBLICO, 17 7 93

SUSPENSO AUXÍLIO HUMANITÁRIO A ANGOLA — A ONU voltou ontem a suspender os voos humanitários em Angola, depois de a UNITA ter alegadamente disparado contra um aparelho fretado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) que na véspera levava auxílio à cidade de M'Banza Congo, no Noroeste do país. "Não haverá mais voos enquanto não obtivermos garantias da UNITA", disse ontem à Reuter, em Joanesburgo, um funcionário do PAM, agência da ONU. Dezenas de cidades e vilas de Angola estão isoladas desde que no fim do ano passado se reacendeu a guerra entre o partido de Jonas Savimbi e o regime de Luanda, dirigido pelo MPLA. E a ONU condenou o ataque de quinta-feira, que a UNITA em Lisboa disse não ter sido da sua autoria.

PÚBLICO, 17 7 93

Eleições guineenses

AS PRIMEIRAS eleições presidenciais e legislativas da Guiné-Bissau vão ser em 27 de Março do próximo ano, depois de 20 anos de administração exclusiva por parte do PAIGC — anunciou ontem o Presidente João Bernardo Vieira, "Nino", citado pela rádio nacio-

PÚBLICO, 13 7 93

nal do seu país e pela agência France Presse. O Conselho de Estado decidiu-se por aquela data, depois de a Comissão Nacional de Eleições haver proposto o período de 30 de Março a 3 de Abril. Será o quarto dos países africanos saídos da descolonização portuguesa a efectuar a escolha livre do seu Presidente e deputados, depois de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, havendo actualmente em actividade uma boa dezena de partidos. ■

TROVOADA RECEBE BRIOSA E GALA — O Presidente saotomense recebeu ontem em S. Tomé o secretário de Estado Briosa e Gala, com quem discutiu a cooperação e o estreitamento das relações entre os dois países. "Portugal é neste momento o país que está em primeiro lugar em termos de ajuda pública ao desenvolvimento de S. Tomé", disse, no final, o secretário de Estado da Cooperação.

PÚBLICO, 15 7 93

Dona de restaurante no Huambo confirma ao PÚBLICO

Há um português entre os prisioneiros da UNITA

PÚBLICO, 18 7 93

O PORTUGUÊS Valdemar da Silva, delegado no Huambo da empresa angolana Bricomil até ao início da batalha pela posse da capital do planalto central, foi preso pela UNITA após uma tentativa de fuga da cidade integrado na coluna do general Sukissa e encontra-se detido no Kachiungo (ex-Bela Vista), garantiu ontem ao PÚBLICO a refugiada Adélia Gavaia, que recebeu vários bilhetes do prisioneiro pedindo comida e medicamentos. "Recebi notícias dele três dias antes de partir para Portugal. Pedia-me sal, cigarros e medicamentos. Dizia que estava bem, mas um elemento da UNITA disse-me que tinha sarna e feridas causadas pelas cordas com que o ataram." Adélia Gavaia, dona do restaurante Diana, era companheira de Valdemar da Silva, que emigrara para Angola já depois do 25 de Abril e se deslocou para o Huambo há cerca de dois anos.

É a primeira vez que uma fonte credível aparece a confirmar os rumores segundo os quais um português se encontra detido pela UNITA na se-

quência da batalha do Huambo. A sorte de Valdemar Aires Peres da Silva, um desenhador de 48 anos, natural do bairro da Ajuda, em Lisboa, que foi "segurança" do general Vasco Gonçalves, permanecia envolta nalgum mistério desde que o jornalista angolano William Tonnet — em cuja reportagem, transmitida pela SIC, o português aparecia junto do general Sukissa — disse que o desenhador tinha perdido o contacto com a coluna de civis e militares governamentais que fugiu do Huambo na madrugada de 6 de Março, no final de encarniçados combates pela posse da cidade.

Jorge Valentim, da Informação da UNITA, fez referências indirectas a suspeitas de colaboração de portugueses com as forças governamentais, mas, questionado pelo PÚBLICO no Huambo, em Abril passado, disse desconhecer a existência de qualquer preso de nacionalidade portuguesa. Na mesma ocasião, a UNITA disse deter ainda "mais de 300 prisioneiros" da batalha, todos angolanos, e exibiu dois dos

três sul-africanos que Luanda apresentara anteriormente como "mercenários" ao serviço de Jonas Savimbi. Ambos declararam a enviados internacionais de visita ao Huambo, a convite da UNITA, serem apenas vendedores de automóveis que se preparavam para fornecer uma encomenda de veículos feita pelas próprias autoridades governamentais (ver PÚBLICO de 19/4).

Adélia Gavaia garante, porém, que Valdemar Silva se encontrava preso na altura da visita dos jornalistas ao Huambo e que a UNITA o transferiu, bem como a outros prisioneiros, de uma cela situada na zona da Chiaga para o Kachiungo, precisamente nas vésperas da chegada dos jornalistas à cidade.

"A primeira pessoa que me falou dele foi um jornalista, filho do (ministro do MPLA) Pitra Petroff, que esteve na mesma cela. Três dias depois recebi um bilhete, no qual ele me pedia comida e uma muda de roupa", conta Adélia Gandaia, que antes da sua partida para Portugal, no primeiro voo com refugiados do Huambo, em Ju-

nho passado, receberia ainda mais algumas mensagens, bem como a informação, por intermédio de um oficial de alta patente, de que Valdemar Silva se encontra numa lista para troca de prisioneiros com o Governo de Luanda.

Os carcereiros do português acusam-no de ser um mercenário e de assessorar o general Sukissa, comandante das forças governamentais no Huambo. Segundo Adélia Gavaia, porém, Valdemar Silva foi apanhado pelo início dos combates no momento em que inspeccionava obras da Bricomil na área sob domínio das tropas de Luanda.

A mulher e filhos de Valdemar Silva, que permaneceram sempre em Portugal, têm feito diligências para a sua libertação junto do serviço de protecção consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da delegação em Luanda da Cruz Vermelha Internacional e da Amnistia Internacional. A UNITA, porém, não confirmou até agora a detenção do português a qualquer destas entidades. ■ A.E.

Guiné-Bissau a oito meses das eleições

PÚBLICO,

18 7 93

A GUINÉ-BISSAU deverá ter as suas primeiras eleições livres e democráticas no próximo dia 27 de Março, 20 anos após a implantação do regime monolítico pelo PAIGC, partido criado pelo engenheiro agrónomo Amílcar Cabral para lutar pela independência da Guiné e de Cabo Verde.

A concretização das eleições pluralistas em Março de 1994 foi anunciada pelo presidente João Bernardo Vieira, "Nino", num comício feito na ilha de Como, santuário da luta armada, ocupado pelos guerrilheiros do PAIGC logo nos primórdios da guerra contra a administração colonial portuguesa, após violentos combates, que duraram mais de dois meses e provocaram centenas de mortos.

"Nino" Vieira acatou assim a proposta da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), no sentido

de o Presidente da República e os deputados serem escolhidos em fins de Março ou princípios de Abril, enquanto o Conselho de Estado — que por mais de uma vez concordara com adiamentos do processo democratizador — pretendia agora antecipar as eleições para Fevereiro.

A CNE já calendarizou as principais actividades, tendo marcado para Novembro o início do recenseamento eleitoral. A campanha eleitoral está marcada para o período que medeia entre 26 de Fevereiro e 26 de Março e a instalação dos conselhos eleitorais regionais deverá começar já nos primeiros dias de Agosto, ao mesmo tempo que a campanha de formação cívica e de formação de formadores que irão integrar as diferentes estruturas da Comissão Nacional.

Com as urnas na mira, os

11 partidos políticos legalizados neste país africano de sensivelmente um milhão de habitantes têm privilegiado o contacto directo com as populações em pequenas sessões de esclarecimento. A única excepção cabe ao partido no poder, que através do seu líder, o general "Nino", tem realizado vários comícios-festa por todo o país, em jeito de pré-campanha eleitoral. "Nino" mostra-se convicto da vitória, mas também diz estar pronto a aceitar o veredicto das urnas, ainda que lhe seja desfavorável.

No fundo, o Presidente guineense tem razões de sobra para estar satisfeito. Depois de o Banco Mundial desbloquear a terceira "tranche" da ajuda ao programa de ajustamento estrutural, a Unicef (fundo das Nações Unidas para a infância) prometeu ao seu Governo cerca de no-

ve milhões de dólares, no quadro de um programa quadrienal de cooperação que abarca sobretudo as áreas sociais.

De França virá o apoio maior ao Governo guineense, por via de uma subvenção, em montante ainda não determinado, ao Orçamento Geral do Estado. Michel Debrat, conselheiro económico para as relações com África, esteve há pouco em Bissau e, à saída de uma audiência com o chefe de Estado, considerou "satisfatória" a avaliação feita à situação macroeconómica do país. Adiantou que a execução da ajuda iniciar-se-á brevemente, logo que o Governo francês aprove o plano de intervenção. E, entretanto, foi já anunciada a adesão da Guiné-Bissau à "zona franco", também conhecida por União Monetária da África Ocidental. ■

António Soares Lopes, em Bissau

O líder do ANC celebra amanhã 75 anos, a poucos meses das eleições livres, pelas quais passou 27 anos na prisão

Parabéns Mr. MANDELA

David Beresford
correspondente na ÁFRICA DO SUL

EXPRESSO, 17 7 93

HÁ quase 30 anos atrás, um boxeur amador, neto de um rei tribal transformado em líder revolucionário, levantou-se subitamente frente ao juiz sul-africano que estava a ponderar se o havia de mandar matar e disse: «Acalentei o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todos pudessem viver em harmonia e com igualdade de oportunidades. É um ideal pelo qual espero viver e ver realizado. Mas, se for necessário, também estou disposto a morrer por ele.»

Amanhã, Nelson Rolihlahla Mandela celebra os seus 75 anos, não só vivo mas prestes a ver realizado o ideal pelo qual ofereceu a sua vida nesses tempos. É um triunfo da longevidade, mas também do idealismo que — salvo se ocorrer alguma tragédia política ou pessoal nos anos de vida que lhe restam — fará dele provavelmente uma das grandes figuras do século XX.

Durante mais de um terço deste período, Mandela parecia destinado a ser «O Homem da Máscara de Ferro» da África do Sul, tão escondido do mundo como a personagem do romance de Dumas. Fora da vista durante os 27 anos em que esteve preso, conseguiu, não obstante, ganhar fama a nível mundial. Foram-lhe atribuídos, entre outros, o Prémio Simon Bolívar dos Libertadores, o Prémio Dr. Bruno Kreisky pelos Esforços pelos Direitos Humanos, o Playa Girón de Cuba, o Jawaharlal Nehru, da Índia, pela harmonia internacional, o Prémio da Associação de Direitos Humanos de Espanha e a Estrela da Alemanha Oriental da Amizade Internacional, bem como o Prémio para o Terceiro Mundo do Secretariado da Commonwealth. É cidadão honorário de diversas cidades, entre elas Roma, Aberdeen, Florença e Glasgow; o seu nome tem sido atribuído a diversas obras cívicas, desde estradas,

parques e pontes até bairros de habitação social, escolas e anfiteatros de universidades. E como se isso não fosse só por si suficiente para espelhar a sua glória, Stevie Wonder consagrou-lhe o Óscar que ganhou, uma partícula nuclear foi baptizada com o seu nome e uma canção pop, «Nelson Mandela», entrou nas tabelas internacionais dos «top 10».

O mundo conheceu esta lenda viva quando o viu sair pelo seu pé da prisão de Pollsmoor, no meio das cenas inesquecíveis e perturbantes de há três anos. E, desde então, a lenda tornou-se homem — um verdadeiro político, que acumulou neste breve período o que parece ser uma vida inteira de drama e realização.

De carne e osso

As imagens que se têm dele nestes últimos anos de liberdade são muitas e variadas. Desde a figura do estadista recebendo a homenagem de dezenas de milhares de pessoas em cada um dos comícios realizados por todo o país até ao homem solitário, de feições impenetráveis, sentado na galeria do público do mesmo tribunal em que fez o seu inesquecível discurso Rivonia, assistindo à humilhação da sua amada esposa, à medida que era revelado o papel que ela desempenhara no rapto e violência exercidos sobre quatro rapazes.

A forma estoica como enfrentou o «escândalo Winnie» foi impressionante. Recusou-se a falar em público sobre este episódio, mas, segundo afirmam os seus amigos mais íntimos, continua a adorá-la. A sua decisão de pôr termo ao casamento parece ter tido como base considerações de ordem política, pois a causa da libertação e o papel que lhe foi destinado não podiam permitir a continuidade da sua relação matrimonial. Mas foi uma decisão que pagou dura-

mente: continua a ter uma vida pessoal solitária fora das luzes da ribalta política, onde é frequentemente visto na companhia de presidentes ou primeiros-ministros, ou ainda de «pop-stars».

O outro verdadeiro teste de Mandela como homem, ao longo de todos estes anos, também se passa à porta fechada, nas batalhas entre os dirigentes do ANC quanto à forma de lidar com os velhos inimigos de Pretória e arrancar o país ao domínio da minoria branca. Do que se sabe dessas discussões, mais as declarações públicas do próprio Mandela, conclui-se que ele é um homem complexo, que conjuga a fraqueza do ser humano com a força da própria reputação.

As divisões existentes no ANC são apaixonadas mas não explícitas.

De uma forma simplista, pode-se afirmar que a linha divisória passa entre aqueles que desejam estabelecer um acordo a qualquer preço em termos de cedências — acreditando que essa é a única forma de pôr cobro à violência sem limites e à hemorragia económica — e os que consideram que o abandono de ideias há tanto tempo defendidas — como a nacionalização e a redistribuição da riqueza — são apenas o início da traição a tantas lutas já travadas.

Aparentemente, a posição pessoal de Mandela alinha por aqueles que desejam um compromisso urgente e — apesar do seu empenho pela democracia e por uma liderança participativa — assustou por vezes os seus companheiros pelas suas súbitas tomadas de posição particulares. Recentemente, por exemplo, alguns responsáveis do ANC encontraram-se na embaraçosa situação de ter de explicar por que não deveria ser levada a sério a sua declaração pública de alargar o direito de voto às crianças de 14 anos. Consta que em de-

terminada altura, no ano passado, o executivo nacional teve de lhe exigir que não entrasse em compromissos pessoais com o Presidente De Klerk, no âmbito constitucional, sem a sua autorização.

Embora haja alguma preocupação entre os seus companheiros, a sua estatura pessoal é tal que o torna demasiado poderoso para uma liderança colectiva. Mesmo que consiga controlar a sua natureza impulsiva, os quadros superiores do ANC estão sempre tão ansiosos por lhe agradar que acabam por ceder, mesmo quando consideram que a política do líder não é a mais correcta.

Mas se a sua estatura torna o movimento mais vulnerável às iniciativas pessoais do seu líder, também se pensa que a organização só sobrevive desse modo. O ANC é uma «igreja» muito abrangente — que engloba desde militantes comunistas a conservadores tribais — e foi submetido a tensões capazes de o destruir nos tumultos que têm acompanhado a última etapa da longa caminhada para a libertação. Mandela é o nome e a personalidade que o mantém unido.

Tendo chegado aos 75 anos, o ANC está nervosa mas inevitavelmente a ponderar a questão da sucessão. Duas figuras proeminentes surgiram como principais candidatos: o carismático Cyril Ramaphosa e o brilhante, embora desprezado, Thabo Mbeki.

Estarão eles à altura de suceder a este grande homem? Conseguirá o ANC sobreviver ao fim desta lenda viva? Só o tempo o dirá. Mas poucos duvidam de que, quaisquer que sejam as respostas, o tempo também se encarregará de demonstrar que nunca mais haverá outro Nelson Mandela.

Continua na pág. 10

Conservadores sul-africanos abandonam conversações

PÚBLICO, 19 7 93

O PROCESSO de plena democratização da sociedade sul-africana sofreu durante o fim-de-semana mais um golpe, quando os conservadores — tanto os brancos como os negros — anunciaram suspender a sua renitente participação nas negociações multilaterais sobre o futuro do país.

O Partido Conservador de Ferdi Hartzenberg, que representa cerca de 26 por cento dos brancos da África do Sul, e o Partido Inkatha de Mangosuthu Buthelezi, representativo de aproximadamente nove por cento dos negros, não querem continuar no processo negociacional porque entendem que este é contra os seus desejos de uma vasta autonomia regional.

Na óptica de Hartzenberg, agora aliado a grupos neonazis, e na do príncipe zulu Buthelezi, o Partido Nacional, do Presidente Frederik de Klerk, "está em conluio" com o Congresso Nacional Africano

(ANC), para que a futura Constituição do país seja de carácter centralizador, não permitindo a existência de regiões largamente autónomas.

Os conservadores brancos e os grupos ainda mais à sua direita, como o de Eugène Terre'Blanche, desejam uma vasta autonomia para os afrikaners, cidadãos basicamente de origem holandesa e francesa, enquanto Buthelezi pretende ficar à frente de uma região essencialmente habitada pela etnia zulu.

Ao terminar ontem o seu congresso nacional, em Ulundi, o Inkatha disse que o Governo não fez o suficiente para impedir que nos últimos três anos 300 dos seus quadros tivessem sido assassinados, pois não forçou o desmantelamento do Umkhonto we Sizwe (braço armado do ANC), nem acabou com os esconderijos de armas em toda a África do Sul.

Guarda-costas morto

Entretanto, um guarda-costas do ANC foi morto e outros dois feridos em tiroteio com a polícia, quando escoltavam o vice-presidente do grupo, Walter Sisulu, de regresso da festa dos 75 anos do líder Nelson Mandela.

A polícia disse que os guardas do Congresso Nacional Africano foram os primeiros a disparar, mas eles respondem que foram os polícias que abriram fogo, numa estrada de acesso à região de Soweto, nos arredores de Joanesburgo.

O incidente verificou-se de madrugada, depois do sumptuoso banquete de aniversário de Mandela, e revela bem os choques que se podem verificar entre os dois poderes actualmente existentes no país: a estrutura oficial, ainda dominada pelos brancos, e a estrutura do ANC, que está conven-

cida de obter a maioria na Assembleia Constituinte a eleger no próximo mês de Abril.

De tal modo é a convicção geral de que aquele movimento virá a dominar o futuro próximo da África do Sul que mais de 600 empresários pagaram, cada um, 500 randes (cerca de 20 contos) para estar na festa de anos de Mandela, uma espécie de Presidente de facto, mesmo antes de, eventualmente, suceder no cargo a Frederik de Klerk.

Banqueiros, grandes industriais e administradores da televisão sentaram-se lado a lado com embaixadores estrangeiros e com o antigo Presidente zambiano Kenneth Kaunda, na homenagem ao antigo prisioneiro de Robben Island, autêntico mito na política africana dos últimos 30 anos.

De todo o mundo chove-

Continua na pág. 11

Continuação da pág. 9

POSSÍVEIS SUCESSORES

Ramaphosa, o sindicalista

CYRIL Ramaphosa, secretário-geral do ANC, teve uma ascensão meteórica dentro da organização e reúne as preferências de uma minoria na sucessão à presidência. Foi líder do sindicato mais poderoso da África do Sul, o Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM), devendo a sua ascensão a um compromisso feito para minorar o eventual conflito entre as alas interna e externa do ANC.

Quando os líderes exilados regressaram à África do Sul, em 1990, verificou-se alguma tensão entre os dirigentes do chamado «movimento democrático das massas» que não tinham saído do país, ao sentirem que o seu contributo não era reconhecido e que os exilados — devido à prolongada ausência — não compreendiam as realidades da vida na África do Sul. Foi portanto decidido atribuir um cargo de destaque a um líder «interno».

Apoiado pelo Partido Comunista da África do Sul — ao qual, no entanto, nunca pertenceu — Ramaphosa foi designado para secretário-geral devido à reputação de negociador competente e corajoso no meio sindical. Aproveitou a oportunidade, tornando-se o principal negociador do ANC nas conversações para a nova Constituição, onde colaborou estreita e produtiva com o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer.

A principal desvantagem de Ramaphosa é a animosidade de que tem sido vítima por parte da ex-mulher de Mandela, Winnie, e do

líder da Liga da Juventude do ANC, Peter Mokaba. A antipatia que lhe dedica a senhora Mandela deve-se ao facto de ele ter aderido, como líder do «movimento democrático das massas», à denúncia pública do escândalo Stompie Moeketsie, pelo papel que ela teve no rapto de quatro jovens de um lar religioso.

Mokaba era íntimo de Winnie nessa altura e, mais recentemente, a sua hostilidade para com Ramaphosa aumentou devido às críticas que este lhe dirigiu por causa do «slogan» utilizado pela Liga da Juventude: «Um boer, uma bala». Consta que foi esta a razão que levou Mokaba a lançar um apelo público para que Mkebi seja confirmado como legítimo sucessor de Mandela. Todavia, o descrédito da Winnie e da sua associação com Mokaba parece tornar esse apelo pouco eficaz, tendo, ao que se julga, pouco apoio no seio do ANC.

D.B.

Mbeki, o estadista

NOS últimos anos, Thabo Mbeki, porta-voz dos negócios estrangeiros do ANC, passou a ser considerado o príncipe-herdeiro do movimento e a pessoa com mais probabilidades de suceder a Mandela.

É um homem brilhante e de boa presença: a sua imagem segurando o cachimbo tornou-se uma figura tranquilizadora para os brancos, ao mesmo tempo que as suas eloquentes intervenções na televisão e o protagonismo de que desfruta no ANC lhe garantiram popularidade en-

tre os negros. A fama de estadista foi realçada por se crer que desempenhou um papel-chave nas movimentações de bastidores que levaram à libertação de Mandela, em 1990. Também consta que lhe cabe a autoria da fórmula de partilha do poder com o Partido Nacional durante cinco anos, que tanto contribuiu para tornar possível um pré-acordo constitucional.

Até ao assassinato de Chris Hani, líder do Partido Comunista, este parecia ser o único concorrente de Mbeki à liderança. Foi o temor de que Ramaphosa ocupe o lugar que levou o líder da Liga da Juventude do ANC a apelar para que Mbeki fosse nomeado.

No ANC, a oposição a Mbeki reside no facto de alguns quadrantes recearem que ele esteja demasiado afastado das bases e demasiado perto do «establishment» branco. É um homem que aprecia as boas coisas da vida — habita num luxuoso apartamento de Joanesburgo e conduz um BMW — e é raramente visto nas cidades-satélite, nem mesmo em comícios. Também se diz que é íntimo de Sol Kerzner, o polémico rei do jogo da África do Sul que explora o «Sun City», o imenso casino e «palácio de diversão». É filho de um destacado membro do PC, Govan Mbeki, constando que se teria afastado dos membros do partido, que são um grupo influente no ANC.

Depois de levantada a proibição às actividades do PC e do ANC em Fevereiro de 1990, o partido tomou a decisão de não continuar a esconder o nome dos seus filiados. Antes de o fazer, convidou os membros que não quisessem ser publicamente identificados com o comunismo a deixarem o partido, com o compromisso de nunca revelar essa filiação. O EXPRESSO está em condições de afirmar que Mbeki foi um dos que aceitou a oferta.

D.B.

Processo de paz Nogueira em Moçambique

PÚBLICO, 10 7 93

O MINISTRO da Defesa, Fernando Nogueira, parte amanhã para Moçambique, para uma visita oficial de quatro dias, cujo pretexto é verificar a situação do Batalhão 4, integrado na força da Onumuz. Nogueira tem programados encontros com membros do Governo moçambicano, nomeadamente Alberto Chipande, seu homólogo. E está também previsto um contacto com elementos da direcção da Renamo, tendo o gabinete do ministro desmentido que houvesse qualquer entrevista pré-estabelecida com Afonso Dhlakama.

Fernando Nogueira viaja acompanhado do chefe do Estado-Maior do Exército, general Cerqueira Rocha, e do director-geral para a Política de Defesa Nacional, general Gonçalves Ribeiro, este último responsável por parte do ministério pelas acções de cooperação técnico-militar com Moçambique. O seu regresso a Lisboa está previsto para dia 15, a tempo de presidir ao Conselho de Ministros, razão que o leva a optar por uma carreira comercial nessa viagem, em vez do Falcon, que exige escalas técnicas para realizar tão longa rota.

A coberto do Acordo Geral de Paz de Moçambique, Portugal é autor do projecto que visa a criação das Forças Armadas daquele país, já incluído na denominada Acta de Lisboa, subscrita por Mo-

çambique, Grã-Bretanha e França. Todo o sistema orgânico e estrutural nos âmbitos de Defesa e Forças Armadas é atribuído a Portugal, incluindo a formação de quadros militares, acção que já tem precedente em protocolos bilaterais. Cabe ainda a Portugal formar quatro unidades de elite, entre comandos e fuzileiros navais.

Um dos capítulos dos acordos de Roma estabelece que os efectivos das Forças Armadas de Moçambique possam ter um total de 30 mil homens, dos quais quatro mil na Força Aérea e dois mil na Marinha, além de uma companhia de fuzileiros especiais. No empenho de Portugal nesta acção, estão preparados para partir em direcção a Moçambique mais 100 militares para se dedicarem às tarefas de organização e formação, que os técnicos portugueses acham que devem ser concretizadas no país interessado. Esta posição pode também querer dizer que Portugal não concorda completamente com a modalidade de formação e treino militar preferida pela Grã-Bretanha, que recorre para esse fim à base que possui no Zimbabwe, em Nyanga.

De resto, esta modalidade de treino no exterior já criou alguns dissabores. O Governo britânico fez saber ao secretário-geral das Nações Unidas o seu descontentamento por manter instrutores militares no Zimbabwe, há mais de cinco meses, sem que ainda lá se tivessem apresentado os instrutores moçambicanos. Boutros-Ghali não explicitou qual das partes (ou se ambas) não tinha ainda mandado a sua gente para Nyanga. ■ C.C.

Continuação da pág. 10

Conservadores sul-africanos abandonam conversações

ram telegramas de felicitações, nomeadamente do secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, do Presidente norte-americano, Bill Clinton, e do primeiro-ministro britânico, John Major.

Um só pormenor ofuscou o grande brilho da festa organizada pelo ANC e na qual predominaram os grandes capitalistas brancos da África do Sul: ficou vazia a mesa que fora reservada para a fogosa mulher de quem Nelson Mandela se encontra separado, e para as suas duas filhas, Zindzi e Zenani.

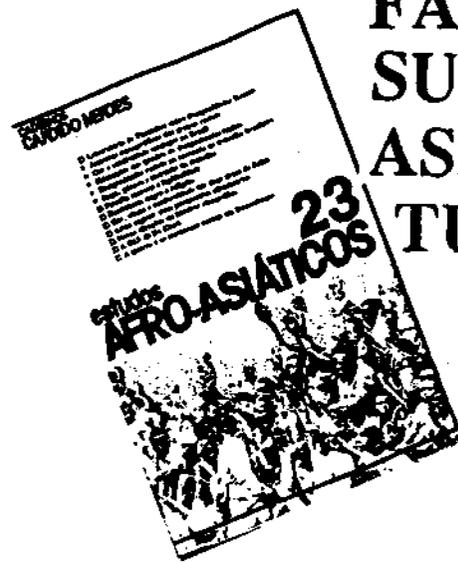
Winnie estava nessa altura a falar numa reunião de assistentes sociais negros e não desejou fazer comentários a propósito do aniversário do seu ex-marido, mas já em diversas ocasiões tem criticado a

direcção do ANC, que considera muito acomodaticia em relação aos interesses da minoria branca.

Winnie Mandela é um dos porta-estandartes da extrema-esquerda negra sul-africana, representando nesta um papel algo comparável aos que Hartzenberg e Terre'Blanche têm no outro lado do espectro político.

Os radicalismos e as reivindicações de vasta autonomia por parte de alguns grupos populacionais, como os afrikaners e os zulus que se revêem no príncipe Buthelezi, são alguns dos obstáculos a uma plena democratização pacífica da sociedade sul-africana, tal como é entendida pelo Partido Nacional e pela maioria dos dirigentes do ANC. ■

Jorge Heitor



FAÇA JÁ SUA ASSINA- TURA

ONU APROVA CALENDÁRIO PARA MOÇAMBIQUE — O Conselho de Segurança da ONU, confirmando recentes declarações do secretário-geral, Boutros Boutros-Ghali, aprovou ontem a revisão do calendário do processo de paz de Moçambique, que deverá conduzir à realização de eleições em Outubro de 1994. Pediu, além disso, ao Governo de Maputo e à Renamo para procederem "com urgência" à desmobilização das suas forças para evitar novos adiamentos do processo de paz. Na resolução 850, adoptada por unanimidade, o Conselho sublinha a sua preocupação face aos atrasos já verificados no processo "em particular no que diz respeito ao reagrupamento e desmobilização das forças, à formação de novas forças armadas unificadas e à elaboração das disposições relativas às eleições". O novo calendário, proposto por Boutros-Ghali, prevê que o acantonamento e a desmobilização das tropas de ambos os lados comece nos próximos dias e termine no início de 1994. A lei eleitoral poderá ser adoptada até ao final do mês e o período de três meses previsto para o recenseamento dos eleitores será aberto em Abril do próximo ano.

PÚBLICO, 10 7 93

Renamo reivindica

A RENAMO reivindica a concessão de alguns dos 11 governos provinciais de Moçambique, anunciou em Maputo um porta-voz do seu presidente, Afonso Dhlakama. A questão da administração territorial é um problema essencial e sem o resolver "não haverá paz nos eleições em Moçambique", disse o mesmo responsável, sugerindo, como forma de compromisso, que os governadores da Renamo fossem nomeados pelo Presidente Joaquim Chissano. O movimento de Dhlakama e o Governo têm divergido na interpretação do Acordo Geral de Paz sobre este assunto. A Renamo entende que deve administrar desde já as regiões que controla ou onde tem maior influência militar. ■

PÚBLICO, 10 7 93

Adiamento em Maputo

PÚBLICO, 19 7 93

O BOLETIM "MediaFax", de Maputo, noticiou ontem que o previsto encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, já não será no próximo sábado, dia 17, ao contrário do que na véspera dissera ao PÚBLICO um quadro daquele partido. Entretanto, a questão central das divergências entre o regime da Frelimo e a Renamo está a ser a de haver em Moçambique duas estruturas administrativas, uma centrada em Maputo e a outra na zona da Gorongosa. Desse modo, é bastante difícil fazer o recenseamento eleitoral de todos os cidadãos e iniciar a campanha para que no próximo ano se possam realizar eleições presidenciais e legislativas. O Acordo Geral de Paz foi assinado em Roma no mês de Outubro do ano passado, mas o calendário nele estabelecido já teve de ser actualizado. ■

Encontro Chissano-Dlakhama de novo em dúvida

O conflito da administração territorial

PÚBLICO, 15 7 93

João Ferraz,
em Maputo

A questão da administração territorial está a pôr em causa a realização do encontro Chissano-Dlakhama, previsto para sábado. A comunidade internacional começa a ficar exasperada com a lentidão do processo de paz. Entretanto, o Presidente Chissano constituiu já a Comissão encarregada de tratar do problema.

Um decreto da Presidência da República de Moçambique criou a Comissão Nacional de Administração Territorial, prevista no Acordo Geral de Paz de Roma e destinada a resolver a mais escaldante questão da actualidade política do país. A comissão entra hoje mesmo em funções.

Esta nomeação ocorre no momento em que o encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dlakhama, agendado para dia 17, está a ser ameaçado pelas últimas exigências da Renamo, que o condicionou a um acordo prévio sobre "questões de fundo", nomeadamente a dupla administração territorial e a nomeação de governadores provinciais daquele movimento para as províncias de Sofala, Nampula e Zambézia.

Estas questões, que estão no centro do actual debate entre o Governo e a Renamo, têm como pontos quentes a captura e detenção na base daquele movi-

mento em Salamanga de 28 cidadãos e, mais recentemente, pelo caso da morte de Tiago Salgado (ver ao lado), antigo oficial do protocolo de Afonso Dlakhama, acusado de ser espião governamental.

De facto, a administração do Estado está impedida de actuar nas zonas controladas pela Renamo, não funcionando tribunais nem nenhuma outra estrutura estatal que garanta o respeito pela legalidade e pela Constituição. Vale, nessas zonas, apenas a vontade da direcção do movimento de Dlakhama, com um poder absoluto.

Numa recente entrevista à televisão moçambicana, o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, um dos mediadores do processo de paz de Roma, chamava a atenção para o facto de estarmos muito próximos do momento em que os dois exércitos se devem concentrar para a desmobilização e o desarmamento o que estaria a criar uma grande preocupação na direcção da Renamo que, com o abandono das armas temerá perder a sua quase única forma de pressão para obter concessões por parte do Governo e das Nações Unidas. Este raciocínio não será estranho à actual escalada de reivindicações e exigências que Afonso Dlakhama tem vindo a fazer nas últimas semanas.

Dlakhama em digressão

Aldo Ajello, o representante do secretário-geral das Nações Unidas chegou ontem de Nova Iorque com a mensagem de que a comunidade internacional está a ficar exasperada com os sucessivos adiamentos do processo e não os vai tolerar muito mais tempo. Estas declarações, e as ac-

ções que forem tomadas em consonância, irão aumentar a pressão no sentido do rápido desarmamento e desmobilização das duas forças e da constituição do Exército Nacional Único.

No entanto, a investigação das acusações de violação do cessar-fogo estão a ser feitas com grande lentidão e sem que se vejam resultados, o que parece mostrar incapacidade, por parte da Onumoz, de fazer voltar à situação anterior os casos de violação ao acordo de Roma. Nomeadamente, há várias semanas o Governo acusou a Renamo de ter ocupado a zona de Salamanga muito depois do acordo de Roma, violação que estaria na origem de novas violações com a captura de cidadãos naquela região.

Um comunicado da Renamo ontem divulgado anunciou que Dlakhama iniciou entretanto uma visita às províncias de Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia, com o objectivo de explicar às populações as teses do seu movimento sobre a administração dos territórios e "certas manobras que estão sendo feitas pelo governo da Frelimo". Segundo o mesmo documento, a Frelimo "perdeu a sua influência das populações em luta e é por isso que a Renamo não vai permitir que a Frelimo consiga recuperar a sua posição nesta população moçambicana".

Não parece, portanto, provável que, em poucos dias, estas questões possam ser satisfatoriamente resolvidas, do ponto de vista da Renamo, pelo que o encontro Chissano-Dlakhama se mostra altamente improvável, na data anteriormente marcada, ou sequer em data próxima. ■

O caso Salgado

O SECRETÁRIO-GERAL da Renamo, Vicente Ululu, confirmou a morte do seu militante Tiago Salgado, em Maio passado, na região de Sofala, mas desmentiu que ele tenha sido executado. Segundo Ululu, Salgado foi morto quando fugia.

Em conferência de imprensa, Ululu explicou que Salgado e um comandante da Renamo haviam fugido juntos e sido perseguidos pela "segurança do nosso movimento". "Gravemente ferido" no tiroteio, Salgado teria morrido "antes de chegar ao hospital". Ainda segundo Ululu, Salgado estaria detido e a ser interrogado, sob a acusação de ser agente do governo.

Esta versão é posta em causa pela família de Salgado que alega que ele foi fuzilado. No domingo passado, na companhia de jornalistas, os familiares foram pedir explicações a casa do secretário-geral da Renamo que, na altura, negou conhecer os factos.

Um irmão da vítima, Augusto Domingos Salgado, disse ao boletim "MediaFax" que Tiago havia estado em casa da família em Maputo, em 1991, altura em que era comissário político no Chimoio. Teria então avisado a família que "ia juntar-se à Renamo porque tinha problemas com a Frelimo". ■

Nogueira deixou Moçambique após longo encontro com Chissano

"Acelerar o processo de paz"

César Camacho
em Maputo

O que mais animou o ministro da Defesa, nesta visita de três dias a Moçambique, foi verificar a capacidade e eficácia que os militares portugueses demonstraram na

execução de tarefas em que o grau de dificuldade é sempre acrescido. Talvez por constatar essas capacidades e a adaptação natural dos militares portugueses a todas as situações, Chissano tenha pedido a Nogueira maior empenhamento no processo de paz.

No último dia da visita do ministro Fernando Nogueira a Moçambique, ontem, o destaque foi para o encontro que manteve com o Presidente da República, Joaquim Chissano. Foi uma conversa que durou cerca de hora e meia, em que o tema de fundo foi a evolução do processo de paz no país. Antes de embarcar para Lisboa, já ao fim da tarde, o ministro da Defesa fez

um balanço dos contactos que manteve. Há um ponto em que todos estão de acordo: "Há necessidade de acelerar o processo, de maneira a conseguir-se chegar à etapa eleitoral, em Outubro do ano que vem", disse o ministro, referindo-se à conversa mantida com Chissano. "O Presidente moçambicano pediu-me que, a nível de Governo, Portugal tente motivar maior empenhamento dos outros parceiros (Inglaterra, França e Estados Unidos) particularmente na tarefa de formação das Forças Armadas moçambicanas", esclareceu Nogueira.

Continua na pág. 13

À espera da cimeira

EXPRESSO, 17 7 93

COM mais de oito meses de atraso sobre o calendário previsto no «Acordo Geral» assinado em Roma em Outubro passado, o processo de paz moçambicano está doente, e os mais pessimistas passaram a falar de «coma» após o cancelamento da cimeira entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, marcada para hoje.

A visita do ministro português da Defesa, Fernando Nogueira, e o encontro improvisado que conseguiu provocar entre os comandantes militares das duas facções aliviou a tensão. Tanto mais que, não está afastado um encontro discreto entre Chissano e Dhlakama, algures no norte de Moçambique, nos próximos dias.

De facto, Dhlakama iniciou na quarta-feira uma digressão pelas províncias de Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado «em campanha eleitoral porque — disse — Joaquim Chissano também já iniciou a

sua».

A Renamo formulou entretanto novas exigências para «evitar que o encontro se salde em novas desilusões»: quer nomear alguns dos governadores provinciais e codirigir o Ministério do Interior, alegadamente constituído por militares e oficiais da antiga polícia política da Frelimo.

A causa imediata do adiamento da «cimeira» foi o incidente que se registou no domingo em Maputo quando familiares de Tiago Salgado — um ex-comissário político da Frelimo em Chimoió, capital da província de Manica, que «desertou» em 1991 para a Renamo, onde chegou a desempenhar as funções de «oficial de protocolo» junto de Dhlakama — invadiram a residência do secretário-geral da Renamo, Vicente Uíulu.

Muito exaltados, os manifestantes exigiam a devolução do cadáver de Salgado alegadamente morto pela Renamo em

24 de Maio como «espião» da Frelimo. Guerrilheiros armados tomaram então posição no bairro elegante de Sommerchield e o confronto físico foi evitado à justa.

Maputo não confirma nem desmente que Salgado tenha sido um agente da Frelimo. No entanto, o Presidente Chissano disse não se justificar «que mais pessoas sejam mortas após o cessar-fogo».

A tensão provocou uma corrida às lojas e a subida em flecha do dólar no mercado negro. Aumentaram também as críticas acerca da incapacidade ou falta de interesse da ONUMOZ (Missão da ONU em Moçambique) para investigar as alegadas violações do cessar-fogo.

Portugal desejado

Este tipo de dificuldade tem vindo a valorizar o papel de Portugal no processo de paz

Moçambicano. Encarada positivamente por Maputo e por outros membros da UNOMOZ, a participação portuguesa foi muito elogiada durante a visita de Nogueira.

A notícia que causou mais agrado em Maputo foi o anúncio que Lisboa se propõe gastar este ano 2,5 milhões de contos para a pacificação em Moçambique — mais 900 mil que os inicialmente previstos. Já se encontram na capital moçambicana os cinco primeiros instrutores militares portugueses para a formação do futuro exército unificado — Forças Armadas de Defesa de Moçambique, FADM —, de 30 mil homens, constituído, em partes iguais, por efectivos das forças governamentais e da Renamo. Portugal, Grã-Bretanha e França são os três países incumbidos desta tarefa.

Reinaldo Chilenque
correspondente em MAPUTO

Continuação da pág. 12

“Acelerar o processo de paz”

Por coincidência, tinha acabado de chegar a Maputo a missão portuguesa chefiada pelo brigadeiro Albuquerque Gonçalves, na esperança de ser possível iniciar os trabalhos da comissão que tem a seu cargo a coordenação do capítulo das Forças Armadas. Segundo Fernando Nogueira, Chissano garantiu que o Governo está inteiramente disponível para arrancar com os trabalhos, compromisso também já declarado pelos responsáveis da Renamo.

Nogueira visitou ainda as instalações do que vai ser a Escola Prática de Administração Militar. Trata-se de um quartel construído já na fase final da guerra colonial e que a engenharia militar portuguesa veio encontrar na maior das degradações. Só para recuperar instalações já o orçamento da Defesa disponibilizou 45 mil contos. Verba aparentemente modesta, entre os 11 milhões que vai ser o custo da cooperação portuguesa até ao final do ano, mas com suficiente significado, tendo em conta que é a Portugal que vai caber a responsabilidade de fornecer o equipamento necessário ao funcionamento do que vai ser um dos principais estabelecimentos de formação técnico-militar.

As equipas portuguesas da

missão de engenharia, tentam trabalhar em ritmo acelerado mas a tendência local é muito mais para a “marcha lenta”. Lá para Setembro, a escola pode abrir as portas e, no dizer dos militares portugueses, é bom que Governo e Renamo estejam já preparados para lhe dar uso.

De resto, é essa lentidão que mais preocupa os intervenientes no processo de paz. Todos sabem que a estrutura mínima de um exército único tem que existir quando se iniciar a etapa eleitoral.

Sem esse calendário cumprido os custos começarão a desenharem-se incomportáveis.

Serão custos de natureza política e social, ligados aos económicos. Nogueira também se encontrou ontem com o representante do secretário-geral das Nações Unidas. A esse respeito disse o ministro que “há perfeita identidade de pontos de vista” quanto à urgência em fazer avançar as diversas componentes do calendário. Acontece que Nogueira usou várias vezes a palavra esperança, sempre que se referia à necessidade de “vencer obstáculos conjunturais, de maneira a não perder

de vista o objectivo final” que é a realização das eleições, como prova maior da consolidação da paz.

Os homens do BT4

Antes de embarcar para Lisboa, o ministro da Defesa quis dar uma novidade aos militares portugueses do Batalhão de Transmissões. Uma das suas reivindicações acabava de ser satisfeita. Tratava-se de poderem falar para casa, para as famílias, pelo sistema integrado das comunicações que eles próprios aqui vieram montar.

O comandante do batalhão, ontem de manhã, seguindo as instruções dadas pelo general Cerqueira Rocha, que acompanhava o ministro, resolveu este contencioso, muito inspirado pelo quadro de regalias do rico contingente italiano do general Fontana. Os italianos podem falar para casa duas vezes por semana, três minutos.

Mas os desafortunados não se resumiam à natural pretensão de falar às famílias. Nesta região da Beira os militares têm vivido menos mal no campo da logística e intendência, em Nampula já houve

dias feios. A responsabilidade do reabastecimento é do contingente do Bangladesh. Sem qualquer sinal de exagero, os militares portugueses garantiram: “Eles ainda tratam os soldados deles à porrada. Tratam-nos abaixo de cão e quiseram fazer o nivelamento à sua medida. O capitão Camelo — que de camelo só tem o nome — não foi de intriga. Recebeu géneros, ditos frescos, que mesmo cozinhados eram um verdadeiro atentado à saúde”. O capitão Camelo — acrescentam — “devolveu os géneros”. Depois veio um médico do Bangladesh, “inspeccionou” e disse que estavam bons. “Que os comesse”, foi a decisão do comandante da companhia do BT4 em Nampula.

Diferente é a atitude dos militares portugueses para com o pequeno efectivo japonês que com eles convive. Adá ram caldo verde e não se fizeram rogados ao magnífico “rancho” servido no acampamento, em dia de visita de ministro.

O que provocou solene gargalhada em Fernando Nogueira foi quando viu um militar japonês a juntar duas grossas rodélas de chouriço, destinadas ao caldo verde, em cima de gorda sardinha assada. ■

Optimismo em Moçambique decresce dia a dia

PÚBLICO, 18 7 93

A outra incógnita de Outubro 94

Do nosso enviado
César Camacho, em Maputo

A mais de um ano de distância da data prevista para a realização de eleições em Moçambique, começam a acumular-se dívidas — não sobre quem vai ganhar, mas se essa meta final do projecto de paz se vai concretizar. Os agentes políticos falam de grande esperança de dia e à noite, entre si, desabafam sobre as suas incertezas. Por seu lado, os militares que compõem a babel Onumuz começam a cansar-se de serem almofada.

O optimismo quanto à evolução do processo de paz em Moçambique está a sofrer preocupante decréscimo. Há dois discursos, pelas mesmas vozes, na avaliação do próximo futuro do país. No discurso oficial todos são padrinhos da paz. O Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama há três meses que afirmam disponibilidade para se encontrarem. A última data para este magno encontro esteve marcada para o dia 17, ontem. No entanto, em Maputo desde o dia 9 sabia-se que não ia acontecer. A incógnita de Outubro do ano que vem já não diz respeito aos resultados das eleições mas sim à sua realização — a mais de um ano de distância somado a tempo igual de dilação dos calendários, embora a rejeição popular da guerra esteja mais que declarada.

O ministro português da Defesa, que iniciava a sua visita oficial a Moçambique no dia 11, dizia ao PÚBLICO que iria cumprimentar os representantes da Renamo em Maputo mas não possuía informação que lhe permitia-

se garantir chegar à fala com Dhlakama. A audiência com o presidente Chissano já foi concertada após a chegada do ministro à capital moçambicana e, aparentemente, a data e hora estiveram dependentes do aparecimento ou não do líder da Renamo, acontecimento em que quase ninguém acreditava.

A data de 17 de Julho para que os dois líderes se encontrassem foi quase uma imposição do secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, que convenceu Dhlakama da urgência dessa diligência. Moose anunciou a data mas Chissano não sabia de nada. Se esse episódio foi causa remota para não haver encontro, a razão imediata esteve em coisa mais simples: "encontro para discutir o quê?", como se interrogavam entre si diplomatas ligados à condução do processo de paz. Não havia agenda e era inútil realizar um encontro de resultado inerte.

Adiamentos perigosos

A delegação portuguesa que chegou na quarta-feira a Maputo, chefiada pelo brigadeiro Albu-

querque Gonçalves, pode regressar à origem se, em tempo razoável, não se iniciarem os trabalhos da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique. Voz autorizada do Ministério da Defesa foi taxativa: "Se os trabalhos não começarem rapidamente, não estamos aqui a fazer nada." Parece que a ideia de "tempo razoável" tem limite máximo em duas semanas.

Ao mesmo tempo, o comando e Estado-Maior da Brigada Alpina italiana, estacionados no Dondo, perto da cidade da Beira, começou na quinta-feira a transferir-se para Chimoi, na província de Manica e onde está o grosso do contingente italiano. Para esta alteração foi dada uma explicação de natureza funcional: o comando e Estado-Maior devem estar próximos das unidades operacionais. Mas entre os oficiais do general Luís Fontana, o bem-disposto comandante da Brigada Alpina, a razão de fundo está em dar nova configuração à protecção dos itinerários do corredor da Beira, tanto como em exercer maior pressão militar preventiva sobre grupos armados que descem às estradas.

No entanto, a crença no efeito dissuasor desta movimentação táctica é frágil. Com a saída, em Abril, dos militares do Zimbábue que tinham por missão assegurar o tráfego no corredor da Beira e itinerários de acesso, as autoridades regionais de Sofala e de Manica começaram a queixar-se de falta de segurança. Deram notícia de assaltos de estrada na região alegadamente controlada pela Renamo. Coube ao embaixador italiano, Manfredi di Camerana dar explicação: "A missão dos capacetes azuis é

assegurar a protecção de instalações estratégicas e itinerários sensíveis. As garantias de livre circulação competem à polícia."

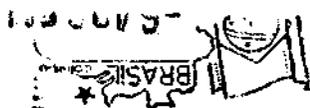
"Pau cheio de formigas" Renamo e Governo, por outro lado, mostram cada vez maior dificuldade em manter os seus soldados desocupados das artes da guerra, particularmente quando não lhes pagam e o processo de acantonamento, desarmamento e desmobilização ainda parece longe, quando deveria ter terminado no fim do mês de Abril. Ainda não começou.

"O que vem aí a seguir para a missão da ONU é um pau cheio de formigas." Explicada a gíria, muito africana, de ser difícil alguém apoiar-se em bengala cuilhada de formigas, a questão está nas novas reivindicações da Renamo: ter autoridades territoriais e regionais nos territórios que afirma controlar. Em suma, a Renamo indicava os nomes de governadores e chefes militares provinciais e o Governo reconhecido legitimava-os. Este deverá ser um ponto nuclear da agenda em gestão adiada destinada ao eterno encontro Chissano-Dhlakama.

Chissano já fez saber que essa não é matéria com cabimento em nenhuma conversa formal que tenha por fundamento o Acordo Geral de Paz celebrado em Roma. A verdade inteira é que interessa à Renamo antecipar fórmulas de partilha de poder e esta podia ser uma delas. Do mesmo modo, o partido do regime prefere usar o tempo e as cláusulas de cessar-fogo para chegar ao contacto com populações das quais esteve arredado pela guerra, apresentando-se com a "autoridade" de representante do Estado legítimo. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gióclia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

7
3
E



I M P R E S S O